VERTENTES DEMOCRATIZANTES EM CENA: A GESTÃO ESCOLAR EM IVINHEMA-MS

Simone Beretta Faian
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
simone_ivi@hotmail.com

Giselle Cristina Martins Real
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
gisellereal@ufgd.edu.br

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, além do acesso e garantia ao ensino público subjetivo, conquista das lutas democráticas, há outros marcos conceituais caracterizadores de vertente democratizante, como: gestão democrática no ensino público; regime de colaboração entre entes federados; sistema de financiamento por meio de fundos contábeis; plano decenal, entre outros fatores que possibilitam aproximações com concepções da chamada qualidade social (MARTINS *et al*, 2018).

O foco deste trabalho está na gestão democrática por se constituir como uma das duas reivindicações fundamentais, bandeira de luta da sociedade brasileira, desde a elaboração de seus Planos Nacionais de Educação – PNEs (OLVEIRA, 2011).

A LDB, em seu artigo 14 enuncia que os “sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, através da participação da comunidade em conselhos e os profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico.” A previsão da participação dos segmentos envolvidos nos processos educacionais e pedagógicos desvela sentidos democratizantes para a gestão escolar. Embora, ainda, persistam práticas históricas gerencialistas (LIMA, 2018). Por sua vez, o PNE vigente propõe como meta 19:

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A previsão do PNE ainda que envolva desenhos menos lineares para os processos direcionados à democratização da gestão pública, como a eleição para

diretores, mantém o viés gerencialista, ao incorporar critérios de mérito e de desempenho. Por fim, estabelece um prazo de dois anos para sua efetivação, o que induz a tomada de decisão por parte dos gestores.

Assim, diante desse movimento de disputas na definição de gestão democrática, atrelada às dificuldades de sua efetivação, importa desvelar como as gestões educacionais de redes municipais representativas dos municípios brasileiros se movimentam diante das vertentes em curso.

Para tanto, coloca em cena o município de Ivinhema, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, por ser representativo de municípios que se encontram em intervalo demográfico que concentra a maioria dos 5.565 municípios brasileiros, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2021).

O problema levantado pela pesquisa é: que decisões são tomadas pela rede municipal de educação de Ivinhema-MS no que se refere à gestão escolar, após a aprovação do PNE vigente? Para tanto, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa documental, tendo como parâmetro os dados municipais.

EM CENA, A GESTÃO ESCOLAR EM IVINHEMA-MS

O primeiro documento analisado foi o Plano Municipal de Educação (PME), elaborado por Comissão Municipal própria, aprovada por meio do decreto nº 543, de 20 de dezembro de 2013. Essa comissão foi composta por 17 pessoas, representantes dos diversos segmentos, sobretudo, educacionais, localizadas na cidade de Ivinhema. Entre esses, 35,29% (N = 6) possuíam vínculo com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A Comissão do PME adotou como estratégia a aplicação de questionário à população, quando obteve a devolutiva de 600 respondentes. Não se trata de indicar como significativo o número de respondentes, considerando que abarcou apenas cerca de 2,68% da população municipal. No entanto, esse processo explicita tentativas da comissão em envolver a participação dos segmentos da sociedade. Também é possível indicar que apesar da representação significativa dos membros vinculados à secretaria municipal, há a presença de representantes do sindicato e das universidades, o que permite sinalizar para possibilidades de discussões e reflexões acerca dos processos constituidores de vertentes democratizantes para a gestão municipal no período.

No que se refere ao texto do PME, este foi aprovado por meio da lei nº 1.463, 23 de junho de 2015, com vigência para o período de 2015 a 2025. Vale mencionar que o texto reproduz, em grande medida, as proposições constantes no PNE e na LDB, reforçando os princípios da gestão democrática nos mesmos termos. Mas particulariza alguns aspectos que trazem a marca da gestão municipal, como o desvelar da necessidade de autonomia e de recursos financeiros para que possa efetivar os princípios da gestão democrática no município, conforme informa:

Grande parcela das demandas são oriundas dos problemas com recursos financeiros que inviabiliza o processo de gestão, e, Ivinhema não é diferente da maioria dos municípios do país, para isto, necessita de autonomia e recursos no âmbito da educação. (IVINHEMA, 2015, p. 84).

Outra importante decisão acerca da gestão democrática adotada pelo município de Ivinhema está na escolha do diretor escolar que, até a aprovação do decreto nº 403, de 18 de agosto de 2017, era realizada por meio de designação pela entidade mantenedora (IVINHEMA, 2017). A partir desse decreto, adota-se o processo de eleição para diretores, em que são previstas marcas importantes para o sistema municipal, como a etapa inicial de seleção interna junto à unidade escolar a partir da elaboração e entrega de plano de gestão, conforme previsto em seus arts. 2º e 13. Os selecionados nesse processo interno poderão se submeter à consulta pública junto à comunidade escolar, adotando voto proporcional, conforme art. 14. Após a eleição, os candidatos passam por curso presencial de aprimoramento das funções de gestão, conforme disposto no art. 9º do decreto nº 403/2017. Há que se notar que o sistema municipal busca imprimir vertentes democratizantes para o processo, inclusive minimizando as avaliações de mérito e desempenho indicadas no PNE.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Observa-se que há avanços na efetivação das vertentes democráticas em municípios do porte de Ivinhema, frutos de luta histórica dos movimentos. Nesse sentido, é importante salientar que várias medidas foram efetivadas nessa direção. No entanto, ainda é notável que persistem limites na autonomia financeira, que são apontados como obstáculos para o município, inclusive declarados em seu PME. Portanto, apesar das políticas indutoras presentes na LDB e PNE há necessidade de

manutenção das lutas em direção a outra bandeira fundamental para a qualidade social da educação, o seu financiamento, condicionante da efetivação da gestão democrática e, portanto, da própria vertente democratizante no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. p. 1, Edição Extra.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 1290**: número de municípios e população nos censos demográficos por tamanho da população. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1290>. Acesso em: 24 jun. 2021.

IVINHEMA. Secretaria Municipal de Educação. **Lei nº 1.463, de 23 de junho de 2015**. Plano Municipal de Educação 2015-2025. Secretaria Municipal de Educação. 2015. Disponível em: <http://www.ivinHEMA.ms.gov.br/arquivos/arquivos/legislacao/Plano-Municipal-de-Educacao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IVINHEMA. Secretaria Municipal de Educação. **Decreto nº 543, de 20 de dezembro de 2013**. Cria Comissão Municipal para a Elaboração do PME. 2013. Disponível em: <http://www.ivinHEMA.ms.gov.br/arquivos/arquivos/legislacao/Plano-Municipal-de-Educacao.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IVINHEMA. Decreto nº 403, de 18 de agosto de 2017. Regulamenta as Eleições de Diretor Escolar. **Diário Oficial do Município**, Ivinhema, ano 8, n. 1895, p. 2-4, 25 ago. 2017.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, pp. 15-28, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57479>. Acesso em: 26 jun. 2021.

MARTINS, A. *et al.* Cenários de gestão de escolas municipais no Brasil: questionário contextual a Prova Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 170, 1038 – 1061, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/tvYqVrBJLc7Pk53gvQWMHgv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021

OLIVEIRA, R. P. de. O Plano Nacional de Educação: algumas questões para debate. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, 2011, n. 9, p. 3-10, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/25170>. Acesso em: 25 jun. 2021.